



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

LEI “R” Nº 165, de 28 de dezembro de 2009 (CONSOLIDAÇÃO)

Dispõe sobre a implementação do Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei dispõe sobre a implementação do Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue.

**Art. 2º** – Fica implementado o Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria da Saúde, com o objetivo de reduzir as infestações pelo mosquito *aedes aegypti* para afastar a incidência da dengue e evitar a letalidade por febre hemorrágica, mediante as seguintes medidas:

- I – levantamento de índice de infestação;
- II – execução de ações de controle mecânico, químico e biológico do mosquito;
- III – gestão dos estoques de inseticidas e biolarvicidas para combate ao vetor e meios de diagnóstico da dengue (kit diagnóstico);
- IV – execução de atividades de educação em saúde e mobilização social;
- V – notificação de casos de dengue ou suspeitos;
- VI – investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por dengue hemorrágica;
- VII – coleta e envio de material de suspeitos de dengue para diagnóstico e/ou isolamento viral, conforme Guia de Vigilância Epidemiológica da Dengue;
- VIII – ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, no caso de situações de abandono, de resistência do possuidor ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, regularmente designado e identificado, quando se mostre essencial para a contenção das doenças. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 8, de 8 de março de 2016\)](#)

Parágrafo único – A adoção da medida prevista no inciso VIII do **caput** deste artigo ficará condicionada à prévia Declaração de Emergência em Saúde Pública. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 8, de 8 de março de 2016\)](#)

**Art. 3º** – Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e de materiais inservíveis, de forma a evitar condições que propiciem a instalação e a proliferação dos vetores causadores da dengue (*aedes aegypti* e *aedes albopictus*), observando-se, ainda, as seguintes exigências específicas:

~~1 – os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins~~



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

~~ficam obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores referidos neste artigo;~~

I – os responsáveis por comércio de plantas, borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins ficam obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores referidos neste artigo; [\(redação dada pela Lei “R” nº 88, de 26 de agosto de 2011\)](#)

II – aos responsáveis por cemitérios compete orientar as pessoas para que não mantenham sobre os túmulos quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água;

III – os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos devem adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não de chuvas, bem como à limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água;

IV – os responsáveis por imóveis dotados de piscinas devem manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos;

V – nas residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, instalações públicas ou privadas, bem como nos respectivos terrenos em que existam caixas d’água, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos.

Parágrafo único – Os responsáveis pelos estabelecimentos que comercializam plantas, deverão afixar, em local visível, placa onde constem orientações e cuidados para evitar a proliferação dos vetores referidos no **caput** deste artigo. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 88, de 26 de agosto de 2011\)](#)

**Art. 4º** – O Poder Público municipal promoverá ações de polícia administrativa, visando a impedir hábitos e práticas que exponham ou possam expor a população ao risco de contrair doenças relacionadas ao **aedes aegypti** ou ao **aedes albopictus**.

§ 1º - O Poder Público municipal poderá fazer uso de drones, veículos aéreos não tripulados e controlados remotamente, com o objetivo de realizar a identificação e o controle vetorial, ficando seu uso restrito aos casos de ingresso forçado, conforme disposto no inciso VIII do caput do artigo 2º, ou quando autorizado pelo responsável do imóvel. [\(dispositivo acrescido pela Lei nº 2.474, de 2 de agosto de 2022\)](#)

§ 2º - Quando necessário, o Poder Executivo, atendidas as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, poderá capacitar os servidores de modo a certificá-los para a operação de drones. [\(dispositivo acrescido pela Lei nº 2.474, de 2 de agosto de 2022\)](#)

~~**Art. 5º** – Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações e medidas estabelecidas no artigo 3º desta Lei, os responsáveis estarão sujeitos:~~



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

~~I – à notificação prévia para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;~~  
~~II – não regularizada a situação no prazo referido no inciso anterior, à aplicação de multa, conforme estabelecido no artigo 7º desta Lei;~~  
~~III – persistindo a infração no prazo de 30 (trinta) dias contados da autuação a que se refere o inciso anterior, à aplicação de multa em dobro, sem prejuízo das demais sanções de ordem administrativa, civil e criminal aplicáveis.~~

**Art. 5º** – Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações e medidas estabelecidas no artigo 3º desta Lei, os responsáveis estarão sujeitos: [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

I – à notificação prévia para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que não tenham praticado outra irregularidade enquadrada nesta Lei nos dois anos anteriores;

II – à aplicação de multa, conforme estabelecido no artigo 7º desta Lei, nas seguintes situações:

a) se não for regularizada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a situação indicada na notificação prévia;

b) na hipótese de já ter sido expedida contra o infrator, nos dois anos anteriores, notificação prévia em decorrência de irregularidade prevista nesta Lei, caso em que não será lavrada nova notificação.

Parágrafo único – O prazo de dois anos, mencionado nos incisos do **caput** deste artigo, será contado a partir da publicação desta Lei. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

**Art. 6º** – As infrações ao disposto nesta Lei classificam-se em:

~~I – leves, quando detectada a existência de um a dois focos de vetores;~~

I – leves, quando detectada a existência de até três focos de vetores; [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~II – médias, de três a quatro focos;~~

II – médias, de quatro a seis focos; [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~III – graves, de cinco a seis focos;~~

III – graves, de sete a dez focos; [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~IV – gravíssimas, de sete ou mais focos.~~

IV – gravíssimas, de onze ou mais focos. [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

Parágrafo único – As infrações gravíssimas de que trata o inciso IV deste artigo, serão aplicadas quando encontrados focos em reservatórios, cisternas, piscinas e demais depósitos com capacidade superior a quinhentos litros de água. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

**Art. 7º** – As infrações previstas nos incisos do artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas:



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

~~I — para as infrações leves: valor correspondente a 1 (uma) Unidade de Referência de Toledo (URT);~~

I — para as infrações leves: valor correspondente a 3 (três) Unidades de Referência de Toledo (URT); [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~II — para as infrações médias: valor correspondente a 3 (três) URTs;~~

II — para as infrações médias: valor correspondente a 6 (seis) URTs; [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~III — para as infrações graves: valor correspondente a 5 (cinco) URTs;~~

III — para as infrações graves: valor correspondente a 10 (dez) URTs; [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

~~IV — para as infrações gravíssimas: valor correspondente a 10 (dez) URTs.~~

IV — para as infrações gravíssimas: valor correspondente a 20 (vinte) URTs. [\(redação dada pela Lei “R” nº 121, de 2 de outubro de 2015\)](#)

§ 1º — Previamente à aplicação das multas estabelecidas nos incisos do **caput** deste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, findo o qual, perdurando a irregularidade, estará sujeito à imposição daquelas penalidades.

§ 2º — Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

~~**Art. 8º** — Para a autuação e aplicação de sanções aos infratores das normas contidas nesta Lei, bem assim para apresentação de defesa e recurso administrativo, observar-se-ão os procedimentos e prazos contidos no Código Tributário Municipal.~~

**Art. 8º** — Para a autuação e aplicação de sanções aos infratores das normas contidas nesta Lei, bem assim para apresentação de defesa e recurso administrativo, observar-se-ão, preferencialmente, os procedimentos e prazos contidos no Código Tributário Municipal. [\(redação dada pela Lei “R” nº 59, de 15 de julho de 2021\)](#)

§ 1º — O lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 59, de 15 de julho de 2021\)](#)

§ 2º — Não sendo possível identificar quem esteja na posse do imóvel, o lançamento será efetuado em nome de quem estiver cadastrado o imóvel junto ao Município de Toledo e à vista dos elementos constantes do cadastro imobiliário fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo fisco. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 59, de 15 de julho de 2021\)](#)

§ 3º — Na hipótese de condomínio e o descumprimento ser: [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 59, de 15 de julho de 2021\)](#)



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

I – em área comum, a autuação será em nome de todos os condôminos;

II – em área privativa ou no caso de condomínio com unidades autônomas, a autuação será individual em nome do respectivo titular.

§ 4º – No caso de próprios públicos, o lançamento será feito em nome do ente público. [\(dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 59, de 15 de julho de 2021\)](#)

**Art. 9º** – A competência para a fiscalização do cumprimento desta Lei e para a aplicação das penalidades nela previstas caberá à Secretaria da Saúde, através dos servidores lotados no Departamento de Vigilância à Saúde.

**Art. 10** – Eventual arrecadação proveniente das multas referidas no artigo 7º desta Lei será destinada integralmente ao Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 11** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria e do Fundo Municipal de Saúde.

~~**Art. 12** – As disposições complementares necessárias à execução do Programa de que trata esta Lei serão estabelecidas em Regulamento.~~

**Art. 12** – Os atos complementares necessários à execução do Programa de que trata esta Lei, incluindo os procedimentos para a notificação de infratores e para a aplicação de sanções, serão estabelecidos em regulamento. [\(redação dada pela Lei “R” nº 8, de 8 de março de 2016\)](#)

**Art. 13** – O disposto nesta Lei, no tocante à aplicação de penalidades, terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2010.

**Art. 14** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO,  
Estado do Paraná, em 28 de dezembro de 2009.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**ALCEU DAL BOSCO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO